FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBÁ
FACULDADE DE DIREITO
2015

**A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA
INTERPRETAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS**

Virgínia Benevenuto Gravina – virginiabenevenuto@hotmail.com

Patrícia Mattos Amato Rodrigues – patyamato@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o modo como o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais vem aplicando a desconsideração da personalidade jurídica aos litígios submetidos à sua apreciação. Dedicar-se inicialmente a tratar de matérias relevantes inerentes à pessoa jurídica, como as teorias que justificam sua existência, pressupostos de validade, personalidade jurídica e, em especial, a autonomia patrimonial em relação aos seus membros. Em seguida será abordado o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, que se apresenta como exceção à regra de manutenção da separação patrimonial existente entre a sociedade empresária e seus sócios, apontando os fatores que motivaram o seu surgimento, teorias, condições de aplicabilidade e previsões no ordenamento jurídico brasileiro. Ao final, será realizada uma análise comparativa de alguns julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que terá por objetivo demonstrar que a aplicação do referido instituto ainda é tema controverso neste tribunal.

Palavras-chave: Pessoa Jurídica; Autonomia Patrimonial; Desconsideração da Personalidade Jurídica; Divergência.

ABSTRACT

This study aims to examine the way how the Court of the state of Minas Gerais has applied the disregarding of legal personality to disputes brought to its attention. It dedicated initially to deal with relevant matters of the legal person, as theories that justify its existence, validity of assumptions, legal personality and, in particular, the patrimonial autonomy with regard to their members. Then will be addressed the Institute of disregarding of legal personality, which is presented as an exception to the maintenance of rule of the existing asset separation between the business company and its partners, pointing out the factors that motivated its emergence, theories, applicability conditions and forecasts in the Brazilian legal system. At the end, a comparative analysis of some judged handed down by the Court of the State of Minas Gerais will be held, which will aim to demonstrate that the application of the institute is still controversial in this court.

Keywords: Legal Person; Patrimonial Autonomy; Disregarding of Legal Personality; Divergence.

INTRODUÇÃO

Instituída a partir da necessidade de se tutelar interesses comuns de um grupo de indivíduos, a pessoa jurídica é um ente ao qual a lei confere personalidade, tornando-lhe apta a contrair direitos e obrigações. Embora seja constituída, em regra, por pessoas físicas, sua personalidade não se confunde com a dos seus instituidores, os quais não poderão ser responsabilizados pelas consequências advindas dos negócios realizados pela sociedade.

Entretanto, a personalidade das pessoas jurídicas muitas vezes é utilizada pelos seus membros apenas como um véu para encobrir a prática de atos fraudulentos. Assim, verificado o abuso da personalidade, seja pelo desvio da finalidade para a qual a pessoa jurídica foi criada ou pela confusão patrimonial entre esta e os seus instituidores, o direito permite que a separação existente entre eles seja desconsiderada, a fim de redirecionar a responsabilidade das ilegalidades praticadas aos seus membros.

Todavia, a aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica ainda é fonte de diversas controvérsias e polêmicas no mundo jurídico. Apesar da regulamentação legal existente para o tema, mormente o artigo 50 do Código Civil, a interpretação dos julgadores ainda não é uniforme, acarretando, conseqüentemente, em diferentes decisões para situações fáticas similares.

Assim, o presente trabalho que traz como tema “A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Interpretação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”, objetiva justamente abordar o problema da divergência de posicionamento dos julgadores do TJMG quanto a aplicação deste instituto. Além do método bibliográfico e qualitativo utilizado no seu desenvolvimento, a constatação do problema será proporcionada a partir de uma análise comparada de alguns julgados proferidos pelo referido tribunal, evidenciando o posicionamento divergente de suas turmas em relação a algumas situações, dentre elas a possibilidade de se desconsiderar (ou não) a personalidade jurídica diante da dissolução irregular da sociedade; de se promover (ou não) a prévia citação dos sócios para se manifestarem quanto ao pedido de desconsideração, bem como da necessidade (ou não) de ser discutida em ação própria.

Tal divergência representa uma insegurança jurídica, dado que as partes ficam a mercê do critério de interpretação estabelecido pelo julgador, bem como da sorte na distribuição do processo. Neste contexto, surge a necessidade de se promover uma uniformização das jurisprudências como forma de solução do problema apresentado, proporcionando uma maior certeza na aplicação do direito.

1. A PESSOA JURÍDICA E A AUTONOMIA PATRIMONIAL

O ser humano, por sua natureza, sempre teve a necessidade de se associar para atingir objetivos comuns. A pessoa jurídica, de igual modo, surgiu desta premência dos indivíduos em conjugar esforços para alcançar determinados propósitos, os quais não seriam possíveis se praticados individualmente, “desde os de raio de ação mais amplo, como o Estado, o Município, a Igreja, até as mais restritas como as associações particulares.” (PEREIRA, 2012, p. 247).

Neste sentido, Gagliano e Pamplona (2012, p. 228) afirmam que a pessoa jurídica, “nascendo como contingência do fato associativo, o direito confere personalidade jurídica a esse grupo a fim de viabilizar sua atuação autônoma e funcional, com personalidade própria, com vistas à realização de seus objetivos”.

De acordo com o magistério de Gonçalves, (2014, p.187) “pessoas jurídicas são entidades a que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações”. Deste modo, a pessoa jurídica tem como principal característica a autonomia em relação aos indivíduos que a compõem, mormente a patrimonial.

Para justificar o surgimento da pessoa jurídica e determinar sua natureza jurídica, imperioso se faz analisar as principais teorias acerca do tema: Teorias Negativistas e Teorias Afirmativistas, destacando dentre estas últimas a Teoria da Ficção e a Teoria da Realidade.

As teorias negativistas, em síntese, negam a existência da pessoa jurídica por entender que ela não possui personalidade própria. Portanto, para os seus adeptos, existe para o Direito apenas os seres humanos, uma vez que os instituidores da pessoa jurídica (pessoas físicas) se confundem com aquela.

Neste sentido, afirma Clóvis Beviláqua (1999 apud GAGLIANO; PAMPLONA, 2012, p. 230): “Trata-se este gênero de pessoas mera aparência, excogitada para a facilidade das relações, sendo o verdadeiro sujeito dos direito que lhes atribuem, os indivíduos que a compõem ou em benefício dos quais elas foram criadas”.

Já para os adeptos das teorias afirmativistas, a pessoa jurídica é dotada de personalidade própria, tratando-se de um “fenômeno pelo qual um grupo de pessoas passa a constituir uma unidade orgânica, com individualidade própria reconhecida pelo Estado e distinta das pessoas que a compõem.” (GONÇALVES, 2014, p. 187). Dentre estas Teorias, tiveram destaque a Teoria da Ficção e a Teoria da Realidade.

Para a Teoria da Ficção, que teve como um dos maiores defensores Savigny¹, a pessoa jurídica é vista como uma criação fictícia da lei (ente fictício), cabendo somente ao ser humano ser o titular de direitos e obrigações. Contudo, tal teoria não é adotada no direito pátrio.

Desse modo, só entendida como uma ficção pode essa capacidade jurídica ser estendida às pessoas jurídicas, para fins patrimoniais. Constrói-se, desse modo, uma ficção jurídica, uma abstração que, diversa da realidade, assim é considerada pelo ordenamento jurídico. [...] A crítica que lhes faz é a de que não explicam a existência do Estado como pessoa jurídica. Dizer que o Estado é uma ficção legal ou doutrinária é o mesmo que dizer que o direito, que dele emana, também o é. (GOLÇALVES, 2014, p. 188).

A Teoria da Realidade, por sua vez, evidencia a pessoa jurídica como uma realidade social, com personalidade jurídica própria, diversa dos entes que a compõem. Tal teoria ainda se subdivide na Teoria da Realidade Objetiva; Teoria da Realidade Jurídica e Teoria da Realidade Técnica.

A Teoria da Realidade Objetiva ou Orgânica considera a pessoa jurídica como um ser independente, oriundo da vontade humana e não de uma criação legal. Similarmente, tem-se a Teoria da Realidade Jurídica ou Institucionalista.

A Teoria da Realidade Jurídica ou Institucionalista considera as pessoas jurídicas como organizações sociais destinadas a um serviço ou ofício e, por isso, personificadas. Parte da análise das relações sociais e não da vontade humana, constatando a existência de grupos organizados para a realização de uma ideia socialmente útil, as instituições, sendo estes grupos sociais dotados de ordem e organização próprias. (GOLÇALVES, 2014, p. 190).

Por fim, a Teoria da Realidade Técnica que é a predominante entre os juristas, está situada entre as duas anteriores. Afirma que a pessoa jurídica possui vida própria, embora sua personalidade seja proporcionada pelo direito.

As pessoas jurídicas, segundo essa corrente, são reais, porém dentro de uma realidade que não se equipara à das pessoas naturais. Existem, como o Estado que confere personalidade às associações e demais pessoas jurídicas. O Direito deve assegurar direitos subjetivos não unicamente às pessoas naturais, mas também a esses entes criados. Não se trata, portanto, a pessoa jurídica como uma ficção, mas como uma realidade, uma realidade técnica. (VENOZA, 2011, p. 234).

Para a instituição de uma pessoa jurídica, imprescindível se faz a presença de três requisitos: vontade humana, atendimento aos requisitos legais e a licitude do seu objeto.

¹Friedrich Carl Von Savigny (Frankfurt, 21 de fevereiro de 1779 – Berlim, 25 de outubro de 1861) foi um respeitado jurista alemão do século XIX, com grande influência e destaque no Direito dos países de tradição romano-germânica, especialmente no Direito Civil (GODOY, 2013).

A vontade humana consiste na intenção de uma pluralidade de pessoas, que possuem objetivos comuns, em criar um ente dotado de personalidade própria, seja ela uma sociedade, associação ou fundação. Assim, como bem expõe Gagliano e Pamplona (2012, p. 228), “não se pode conceber, no campo do direito privado, a formação de uma pessoa jurídica por simples imposição estatal em prejuízo da autonomia negocial e da livre iniciativa. A unidade orgânica do ente coletivo decorre desse elemento imaterial”.

Para existir, a pessoa jurídica também precisa atender a certas determinações legais. A vontade das partes deve estar expressa em um ato constitutivo, ou seja, em um documento formal. Em se tratando de associações, o ato constitutivo é denominado de estatuto. Para as sociedades simples ou empresárias, de contrato social e, para as fundações, de escritura pública ou testamento. (GONÇALVES, 2014, p. 191).

Além do mais, imprescindível se faz que seu objeto seja lícito, possível e determinado. Regra geral, as sociedades almejam o lucro, à exceção das fundações e das associações. Assim, caso seu objetivo seja defeso em lei, a pessoa jurídica será extinta.

O princípio da autonomia da vontade significa que as pessoas podem dispor sobre os seus interesses, através de transações com as outras pessoas envolvidas. Estas transações, contudo, geram efeitos jurídicos vinculantes, se a ordem positiva assim o estabelecer. A autonomia da vontade, assim, é limitada pela lei. (COELHO, 1998, p. 11).

Entretanto, o atendimento aos requisitos acima delineados não são suficientes para determinar o início da existência legal da pessoa jurídica - que ocorre somente a partir do registro dos seus atos constitutivos. Assim, como o nascituro só adquire personalidade jurídica a partir do nascimento com vida, a pessoa jurídica somente a adquire com o registro dos seus atos constitutivos no órgão competente. Caso contrário, serão consideradas apenas sociedades de fato ou irregulares².

Do mesmo modo que é necessária a vontade humana para a instituição da pessoa jurídica, sua extinção, em regra, se dá de maneira convencionada entre os seus componentes (CC/02, art. 1.033, II e III). Todavia, poderá também ser extinta mediante determinação legal, como, por exemplo, nos casos de decretação de falência (Lei nº 11.101/05) ou pela morte dos seus componentes (CC/02, art. 1.028, II); administrativamente em razão da cassação da autorização de funcionamento no caso de práticas contrárias à ordem pública ou à sua finalidade (CC/02, art. 1.033, V e 1.125); ou ainda judicialmente, nas hipóteses previstas em

²“Sem o registro de seu ato constitutivo, a pessoa jurídica será considerada irregular, mera associação ou sociedade de fato, sem personalidade jurídica, ou seja, mera relação contratual disciplinada pelo estatuto ou contrato social.” (GONÇALVES, 2014, p. 217).

seu ato constitutivo ou no rol exemplificativo do artigo 1.034 do Código Civil de 2002. (GONÇALVES, 2014, p. 218).

Segundo Coelho (1998, p. 11), conferir personalidade à pessoa jurídica acarretam três principais consequências: titularidade negocial, titularidade processual e responsabilidade patrimonial. A consequência negocial está ligada à possibilidade da pessoa jurídica contratar em nome próprio, assumir obrigações e adquirir direitos. Já a consequência processual, refere-se à sua capacidade de demandar e ser demandado em nome próprio. Por fim, e considerada a mais importante, tem-se a autonomia patrimonial, ou seja, a pessoa jurídica possui patrimônio próprio e responderá com ele pelas obrigações contraídas. Seu patrimônio não se confunde com os dos seus instituidores, os quais somente serão atingidos até o limite do montante investido, resguardando o patrimônio individual.

2. A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: DISREGARD OF LEGAL ENTITY

Os benefícios trazidos pela personalização das sociedades funcionam como grandes incentivadores à instituição da pessoa jurídica, o que acaba por propiciar o crescimento econômico. Todavia, muitas pessoas valendo-se da proteção que a lei confere, sobretudo em relação à autonomia patrimonial, abusam da sua personalidade, seja pelo desvio da finalidade para a qual foi criada ou pela confusão patrimonial desta com dos seus instituidores a fim de lesar terceiros. Assim, o princípio da autonomia patrimonial não é absoluto, podendo em algumas situações ser afastado.

A Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica (*disregard of legal entity*) vem justamente para combater este abuso, de modo que os integrantes da pessoa jurídica sejam responsabilizados diretamente pelas consequências de suas práticas fraudulentas, para as quais se valeram da pessoa jurídica apenas como escudo. Presentes os requisitos que autorizam a desconsideração, “o juiz pode decretar a suspensão episódica da eficácia do ato constitutivo da pessoa jurídica, se verificar que ela foi utilizada como instrumento para a realização de fraude ou abuso de direito.” (COELHO, 2005, p. 54). Seu objetivo, portanto, é justamente atribuir aos seus componentes as responsabilidades decorrentes dos abusos e fraudes praticadas.

Assim, quando a pessoa jurídica, ou melhor, a personalidade jurídica for utilizada para fugir a suas finalidades, para lesar terceiros, deve ser desconsiderada, isto é, não deve ser levada em conta a personalidade técnica, não deve ser tomada em consideração sua existência, decidindo o julgador

como se o ato ou negócio houvesse sido praticado pela pessoa natural (ou outra pessoa jurídica) [...] Não se trata de considerar sistematicamente nula a pessoa jurídica, mas, em caso específico e determinado, não a levar em consideração. (VENOZA, 2011, p. 285).

Acerca do tema, os juristas brasileiros reconhecem a existência de duas teorias: a teoria maior e a teoria menor da desconsideração. Para a teoria maior, a desconsideração da personalidade jurídica será cabível nos casos em que ficar evidenciada a prática de fraude ou abuso de direito pelos seus sócios, ou ainda pela confusão do patrimônio destes com o da pessoa jurídica que compõe. Esta teoria, por sua vez, subdivide-se em objetiva e subjetiva.

Para a teoria maior objetiva basta a confusão patrimonial entre a sociedade e os seus componentes, enquanto para a subjetiva a fraude e o abuso de direito são pressupostos inafastáveis, devendo ser comprovada a intenção do sócio em lesar terceiros, que em regra são seus credores.

Assim, para a teoria maior, o mero inadimplemento da pessoa jurídica não autoriza a desconsideração, exigindo além da comprovação da insolvência, o abuso da personalidade jurídica caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Tal teoria, seja ela subjetiva ou objetiva, constitui a regra geral do ordenamento jurídico brasileiro, positivada no artigo 50 do Código Civil de 2002 e, por esta razão, possui maior abrangência e aplicabilidade.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. (BRASIL, 2002).

A teoria maior também se faz presente no artigo 28, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, o qual condiciona a desconsideração da personalidade jurídica à constatação de abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, bem como no caso de falência, insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração:

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. (BRASIL, 1990).

Outro exemplo de adoção da teoria maior é o artigo 34, *caput* e parágrafo único da Lei 12.529/2011 (Lei Antitruste), que reproduz de maneira quase literal o *caput* do artigo 28 do CDC:

Art. 34. A personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada quando houver da parte deste abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

Parágrafo único. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. (BRASIL, 2011).

A teoria menor, por sua vez, condiciona a desconsideração da personalidade jurídica apenas à comprovação do estado de insolvência da pessoa jurídica para o cumprimento de suas obrigações, independentemente da constatação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial³. Portanto, para esta teoria, o mero inadimplemento já autoriza a desconsideração. Assim, aquele que contratou com a pessoa jurídica não deverá suportar as consequências do risco da atividade, as quais deverão recair sobre os seus sócios, mesmo que não tenham agido mediante fraude ou abuso. Trata-se tal teoria de exceção, presente no §5º, artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, bem como no artigo 4º da Lei nº 9.605/1998.

O artigo 28, §5º do CDC preceitua que “também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.” (BRASIL, 1990, grifo nosso). Assim, diferentemente do *caput* do referido artigo – que adota a teoria maior da desconsideração – basta que a personalidade seja um empecilho à reparação do dano para que seja desconsiderada⁴.

No mesmo sentido, prevê o artigo 4º da Lei nº 9.605/1998: “Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.” (BRASIL, 1998, grifo nosso).

3. A APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE COMPARADA DE ALGUNS JULGADOS

A seguir, será feita uma análise comparada de alguns julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que terá por objetivo demonstrar que a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica ainda é tema controverso neste tribunal.

³ STJ, AI nº 1.334.813/SP, Rel. Min. Massami Uyeda, 26/11/2010.

⁴ TJMG, AI nº 1.0024.08.069706-3/001, 10ª Câmara Cível, Rel. Des. Cabral da Silva, 23/09/2010.

A primeira análise a ser feita, trata da possibilidade ou não de se desconsiderar a personalidade jurídica diante da dissolução irregular da sociedade. A seguinte decisão proferida pela 8ª Câmara Cível do TJMG adotou o entendimento de que a mera dissolução ou encerramento irregular da sociedade configura abuso da personalidade jurídica, autorizando, assim, a desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento da ação executiva contra os seus sócios, independentemente da constatação de dolo:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - ESTADO DE MINAS GERAIS - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA - DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE EXECUTADA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - ART.50 DO CC/2002 - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. [...] Uma vez demonstrado por meio da certidão lavrada por Oficial de Justiça Avaliador do TJMG (a qual goza de presunção de veracidade), que a pessoa jurídica executada alterou seu domicílio há mais de dois anos sem proceder à atualização de seu cadastro junto aos órgãos competentes, presume-se que ocorreu a dissolução irregular da sociedade, viabilizando a desconsideração de sua personalidade jurídica e, por consequência, o redirecionamento do feito executivo contra os sócios administradores indicados no contrato social. Recurso provido. (TJMG, AI nº 1.0079.10.027208-1/001, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Teresa Cristina da Cunha Peixoto, 01/10/2015).

Em contrapartida, a 15ª Câmara Cível do TJMG, em um curto lapso temporal, firmou entendimento diverso ao afirmar que o encerramento irregular, por si só, não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, sendo imprescindível a demonstração do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - ENCERRAMENTO IRREGULAR DAS ATIVIDADES - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. O encerramento irregular, por si só, não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária. É necessária a demonstração do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial. (TJMG, AI 1.0024.09.743986-3/001, 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Tiago Pinto, 03/09/2015).

Ao analisar a questão em comento (possibilidade ou não de se promover a desconsideração em caso de dissolução irregular), é preciso, inicialmente, reportar à finalidade para a qual se confere personalidade à pessoa jurídica: a autonomia em relação aos seus componentes. Desta forma, entende-se que a finalidade do legislador é privilegiar a personalidade jurídica, tratando-se a sua desconsideração de uma exceção. Assim, o magistrado antes de desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica, deverá se atentar para os motivos que levou a sociedade a se dissolver irregularmente. Constatado o intuito de fraude, deverá ser aplicada a desconsideração. Caso contrário, em não havendo dolo por parte

dos seus sócios em lesar terceiros, a personalidade da pessoa jurídica deve ser mantida. É o entendimento pacífico da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme definido nos Embargos de Divergência em Recurso Especial 1.306.553/SC, julgados em 10/12/2014 pela relatora ministra Maria Isabel Gallotti.

Outro aspecto que também divide os julgadores do TJMG é sobre a necessidade ou não de se promover a citação/intimação prévia dos sócios para se manifestarem acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO-AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO - AUSÊNCIA DE PROVA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - CITAÇÃO DOS SÓCIOS JÁ DETERMINADA - DECISÃO QUANTO A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PENDENTE - RECURSO PROVIDO EM PARTE. [...] Para se declarar a desconstituição da personalidade jurídica da sociedade empresária, faz-se necessária a prévia citação de seus sócios para defesa prévia, em observância ao princípio do devido processo legal. Se os sócios da empresa executada já foram citados para se manifestar quanto ao pedido de desconsideração da personalidade jurídica, cabe ao MM. Juiz decidir sobre a sua possibilidade ou não. Recurso provido em parte. (TJMG, AI 1.0024.07.389250-7/002, 17ª Câmara Cível, Rel. Des. Márcia De Paoli Balbino, 30/04/2015).

Como visto, para a 17ª Câmara Cível haverá a necessidade de se promover a prévia citação dos sócios para se manifestarem quanto ao pedido de desconsideração. Para os adeptos desta corrente, a não citação do sócio fere os princípios do contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, pois, não tendo o sócio participado da relação processual na fase de conhecimento, não poderia ter sido capaz de influenciar no convencimento do juiz.

Entendimento diverso firmou a 15ª Câmara Cível ao asseverar que é dispensável a intimação prévia dos sócios para se manifestarem acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRELIMINAR INTEMPESTIVIDADE. DESERÇÃO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO PRÉVIA DOS SÓCIOS. DESNECESSIDADE. Havendo indícios suficientes de que os representantes da empresa estão a se utilizar das prerrogativas da personalidade jurídica para se furtarem da quitação do débito, se faz plausível a desconstituição da personalidade jurídica. É dispensável a intimação prévia dos sócios para se manifestarem acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada. (TJMG, AI1.0024.12.222105-4/001, 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Mônica Libânio, 03/09/2015).

Para esta vertente, não há violação ao devido processo legal, tendo em vista que a desconsideração da personalidade jurídica trata-se de um incidente processual que garante aos sócios o exercício postergado ou diferido do contraditório e da ampla defesa. Assim, não há necessidade de citação prévia, tão somente da intimação para pagar, embargar ou impugnar o cumprimento de sentença. É também o entendimento do STJ⁵.

A controvérsia ainda se estende quanto a necessidade ou não de se discutir o pedido de desconsideração da personalidade jurídica em ação própria. Aqui, a divergência é ainda mais grave, tendo em vista que a mesma turma se posicionou de maneira diversa:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - CONTRADITÓRIO - REQUISITOS. A desconsideração a personalidade jurídica, por constituir exceção à regra da distinção entre a pessoa jurídica e os seus membros, deve ser precedida de ampla cognição, em ação própria, movida contra os sócios, com a observância das garantias constitucionais do devido processo legal e do contraditório, sendo inadmissível a sua decretação por meio de decisão proferida em Execução. (TJMG, AI 1.0024.96.113313-9/001, 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Batista de Abreu, 06/11/2014).

Em sentido contrário:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - DESNECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO PRÓPRIA. O pedido de desconsideração da personalidade jurídica pode ser formulado no bojo da ação de execução, sendo desnecessária a formulação em ação própria. (TJMG, AI 1.0015.06.032656-6/002, 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Pedro Aleixo, 13/05/2015).

No que se refere à divergência, o STJ vem firmando o entendimento no mesmo sentido que se valeu para tratar do impasse anterior ao afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica trata-se de um incidente processual e não um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos.

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS. OBSERVÂNCIA. CITAÇÃO DOS SÓCIOS EM PREJUÍZO DE QUEM FOI DECRETADA A DESCONSIDERAÇÃO. DESNECESSIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDOS COM A INTIMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIA ADEQUADA PARA A DISCUSSÃO ACERCA DO CABIMENTO DA DISREGARD. RELAÇÃO DE CONSUMO. ESPAÇO PRÓPRIO PARA A INCIDÊNCIA DA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO. ART. 28, § 5º, CDC. PRECEDENTES. A desconsideração da personalidade jurídica é instrumento afeito a situações limítrofes, nas quais a má-fé, o

⁵STJ, REsp 1.096.604/DF, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 02/08/2012.

STJ, AgRg no REsp 1523930/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 16/06/2015.

abuso da personalidade jurídica ou confusão patrimonial estão revelados, circunstâncias que reclamam, a toda evidência, providência expedita por parte do Judiciário. Com efeito, exigir o amplo e prévio contraditório em ação de conhecimento própria para tal mister, no mais das vezes, redundaria em esvaziamento do instituto nobre. A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual e não como um processo incidente, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade.[...](STJ, REsp 1.096.604/DF, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 02/08/2012).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que embora a pessoa jurídica seja um ente dotado de personalidade, em determinadas situações ela poderá ser desconsiderada a fim de que seus membros sejam responsabilizados pela prática dos atos fraudulentos realizados em nome da sociedade.

Apesar da legislação existente para o tema, bem como do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica ainda acarreta grande divergência de posicionamento no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme restou provado após a análise dos julgados acima transcritos.

Diante deste cenário de insegurança jurídica, aponta-se como forma de solução do problema abordado no presente trabalho a uniformização de jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de afastar as incertezas quanto a aplicação do direito, devendo, por conseguinte, ser adotado o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei 11.101**, de 09 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Lei 12.529**, de 30 de novembro 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AI 1.334.813/SP**. Relator: Min. Massami Uyeda. Julgamento: 26 nov. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=13055117&num_registro=201001321230&data=20101126&tipo=0>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.096.604/DF**. 4ª Turma. Relator: Min. Luís Felipe Salomão. Julgamento: 02 ago. 2012. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=24853214&num_registro=200802186484&data=20121016&tipo=5&formato=HTML>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **EREsp 1.306.553/SC**. Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti. Julgamento: 10 dez. 2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=42603228&num_registro=201300220444&data=20141212&tipo=5&formato=HTML>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1.523.930/RS**. 3ª Turma. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. Julgamento: 16 jun. 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=48826457&num_registro=201500709769&data=20150625&tipo=5&formato=HTML>. Acesso em: 09 nov. 2015.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 1.

_____. **Manual de Direito Comercial**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. A dimensão histórica do Direito no pensamento de Savigny. In: CONJUR. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-nov-24/embargos-culturais-dimensao-historica-direito-pensamento-savigny>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Esquematizado: Parte Geral, Obrigações e Contratos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1.

MINAS GERAIS (Estado). Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0024.08.069706-3/001**. 10ª Câmara Cível. Relator: Des. Cabral da Silva. Julgamento: 21 set. 2010. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.08.069706-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0024.96.113313-9/001**. 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Batista de Abreu. Julgamento: 06 nov. 2014. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.96.113313-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0024.07.389250-7/002**. 17ª Câmara Cível. Relatora: Des. Márcia De Paoli Balbino. Julgamento: 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.07.389250-7%2F002&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0015.06.032656-6/002**. 16ª Câmara Cível. Relator: Des. Pedro Aleixo. Julgamento: 13 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0015.06.032656-6%2F002&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 03. nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0024.12.222105-4/001**. 15ª Câmara Cível. Relatora: Des. Mônica Libânio. Julgamento: 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.12.222105-4%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0024.09.743986-3/001**. 15ª Câmara Cível. Relator: Des. Tiago Pinto. Julgamento: 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0024.09.743986-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **AI 1.0079.10.027208-1/001**. 8ª Câmara Cível. Relatora: Des. Teresa Cristina da Cunha Peixoto. Julgamento: 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0079.10.027208-1%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil; Teoria Geral de Direito Civil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. v. 1.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.